



XII CONGRESSO ALACIP
AMÉRICA LATINA COMO ACTOR EN LA RECONFIGURACIÓN GEOPOLÍTICA
GLOBAL

Eixo temático:

12. Movimentos sociais, Ação coletiva, Cidadania e Sociedade Civil

ARRANJOS SOCIOECONÔMICOS E POLÍTICOS E OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 10 E 11: O CASO DA AMÉRICA
LATINA E CARIBE

Alexandrina Sobreira de Moura

Fundação Joaquim Nabuco – Ministério da Educação

Luiza Vilela Amelotti

Universidade Federal de Pernambuco

Lisboa,

2024

1. INTRODUÇÃO

Qual a relação dos arranjos socioeconômicos e políticos com a sustentabilidade na América Latina e Caribe? Figurando entre as regiões mais urbanizada do mundo, a América Latina e Caribe (ALC) conta com cerca de 82% da sua população e mais de 60% de seu PIB regional concentrados nos centros urbanos (World Bank, 2024; Sánchez et al., 2019). A atividade econômica gerada nas cidades, produz entre 60% e 70% do PIB regional.

Os centros urbanos atraem investimentos, reduzem custos e geram empregos, promovendo criatividade, padrões de vida melhores, inovação tecnológica e progresso econômico. A capacitação humana e a modernização são cruciais para o progresso nacional. Diante disso, a migração para centros urbanos promove cidades sustentáveis, essenciais para o funcionamento ambiental, econômico e sociopolítico. No entanto, na América Latina e no Caribe, apesar da geração de riqueza, muitos ainda vivem na pobreza, enfrentando deficiências de infraestrutura, violência e desemprego.

Ao encarar processos cada vez mais intensos de urbanização, os líderes políticos têm investido em mecanismos para identificar os obstáculos à sustentabilidade urbana. Uma dessas ferramentas essenciais são os indicadores que avaliam o acesso a serviços básicos, a garantia dos direitos pessoais e a qualidade ambiental (*UN Sustainable Development Solutions Network, 2015*). Assim, na década de 2000, a Organização das Nações Unidas criou políticas integradas e participativas, resultando nos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) para melhorar o cenário internacional até 2015, focando, entre outros aspectos, na erradicação da pobreza e igualdade de gênero. Em 2015, a Agenda 2030 foi estabelecida, ampliando as metas para 169 e abordando aspectos sociais, econômicos e ambientais com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), visando um crescimento sustentável para os próximos anos.

Entre os 17 ODS, os de nº 10 e nº 11 focam em desenvolvimento urbano e cidades sustentáveis, abordando acesso à terra, moradia, saneamento, infraestrutura, transporte, serviços públicos, trabalho e lazer. O ODS 10 visa aumentar a renda dos 40% mais pobres acima da média nacional, enquanto o ODS 11 busca tornar as cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

Esses indicadores se baseiam na premissa de que a sustentabilidade visa atender às necessidades atuais sem comprometer as futuras. O conceito surgiu em 1972 na Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em

Estocolmo, onde se reconheceram os efeitos negativos da exploração excessiva dos recursos naturais.

Desse modo, a interseção entre cidades, sustentabilidade e desigualdades é uma temática proeminente em conferências internacionais e amplamente abordada na literatura científica (Hoornweg et al., 2011; Benmergui, 2012; Satterthwaite e Mitlin, 2013; Klopp e Petretta, 2017; Chisholm, 2019). No entanto, ainda que haja uma vasta literatura descritiva, são poucos os projetos que comparam métricas específicas de evolução nacional, deixando uma lacuna na pesquisa sobre indicadores sustentáveis específicos.

Diante disso, a ALC emerge como um terreno fértil para análises sobre desenvolvimento sustentável devido à dualidade intrínseca em sua dinâmica econômica, política e social. Por um lado, a região detém um vasto potencial para impulsionar esse desenvolvimento, refletido em sua urbanização, riqueza de recursos naturais, diversidade cultural e vasta população. Por outro, a região enfrenta uma série de deficiências, incluindo industrialização tardia, dependência excessiva de commodities, desafios econômicos estruturais, desigualdades socioeconômicas pronunciadas e questões ambientais urgentes. Além disso, as comunidades urbanas formadas sofrem com sistemas de proteção social pouco eficientes, resultando em lacunas significativas na habitação, saneamento básico e serviços (*UN Habitat, 2012*), afetando diretamente a produtividade cotidiana (Revi e Rosenzweig, 2013).

Este artigo apresenta uma análise de uma das dimensões da sustentabilidade urbana: o enfrentamento à desigualdade. Baseado nos ODS 10 e 11 – respectivamente, redução das desigualdades e cidades e comunidades sustentáveis –, o artigo está dividido em sete seções. Após a introdução, é feita uma breve revisão da literatura e, em seguida, a problematização acerca dos desafios históricos para sustentabilidade encarados na América Latina e Caribe. Na quarta seção, são apresentados os objetivos e hipóteses que regem o problema de pesquisa e na quinta, discutidos as metodologias empregadas para sua testagem. Na sexta seção são discutidos os resultados e, por fim, apresentadas as conclusões da análise.

2. REVISÃO DA LITERATURA

A sustentabilidade é a busca por “atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades” (Jokura, 2022). Este conceito teve origem, em 1972, durante os debates da

Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em Estocolmo-Suécia, onde profissionais, militantes e instituições reconheceram os efeitos adversos decorrentes da exploração excessiva dos recursos naturais (Decicino, 2022).

Mais tarde, em 1987, no Relatório de Brundtland - *Our Common Future* (“Nosso Futuro Comum”), foi proposto um modelo de desenvolvimento sustentável que se baseia na finitude dos recursos. Nesse contexto, os governantes são instados a integrar meios para alcançar um cenário no qual a economia prospere, a pobreza seja erradicada, os cidadãos encontrem espaços favoráveis para seu desenvolvimento e o meio ambiente seja preservado (UN Sustainable Development Solutions Network, 2015).

Os centros urbanos atraem investimentos, reduzem custos e geram empregos (Revi e Rosenzweig, 2013), trazendo benefícios como maior criatividade, melhores padrões de vida, responsividade democrática, inovação tecnológica e progresso econômico (Lizarralde, 2014). É importante a capacitação humana, a atração de investimentos e a modernização a produção para alavancar o progresso nacional (Prebisch, 1962). Ou seja, a organização eficaz das cidades é essencial para um crescimento sustentável em um país (UN Habitat, 2014).

O movimento migratório para centros urbanos impulsiona o surgimento das cidades sustentáveis como garantias para o funcionamento eficaz das esferas ambientais, econômicas e sociopolíticas (Torresi et al., 2010). Isso leva os líderes nacionais a advogarem por cidades mais inclusivas, participativas e integradas (UN Sustainable Development Solutions Network, 2015). Nenhum país alcançou crescimento econômico sustentado ou desenvolvimento social rápido sem urbanização (UN Habitat, 2010).

Além disso, Satterthwaite et al. (2020) associam as características da dinâmica social, econômica e política dos Estados ao desenvolvimento sustentável. Uma boa governança e o Estado de Direito aumentam a credibilidade do governo, atraindo investimentos para transformações urbanas sustentáveis (Golubchikov e Badyina, 2012; Norris, 2012). Isso porque, Estados mais competentes na gestão econômica tendem a gerar crescimento estável e segurança (Norris, 2012). Assim, é esperado que o desempenho nacional em arranjos socioeconômicos e políticos afete os resultados de índices de sustentabilidade.

O conceito de *crescimento sustentável* sugere que os governantes integrem meios para alcançar uma economia próspera, erradicar a pobreza, proporcionar espaços favoráveis ao desenvolvimento dos cidadãos e preservar o meio ambiente (UN Sustainable Development Solutions Network, 2015). Desse modo, a configuração da

dinâmica social, econômica e política dos Estados tem um impacto significativo na jornada em direção às cidades sustentáveis. As democracias, por sua vez, têm maior potencial para promover o desenvolvimento sustentável, investindo em políticas públicas que modernizam as cidades.

Entretanto, o rápido aumento populacional também traz diversos desafios, principalmente porque tem o potencial de ultrapassar a capacidade fiscal dos governos para custear políticas e promover uma saturação do mercado de trabalho que não consegue promover empregos suficientes para a crescente mão de obra (UN Habitat, 2014).

Assim, analisar o desenvolvimento sustentável é crucial para entender desafios e identificar oportunidades para um crescimento equitativo e ambientalmente consciente, promovendo um futuro mais sustentável. Um instrumento relevante nessa análise é a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Na década de 2000, a ONU liderou a criação de políticas integradas que visavam a implementação multinível e multiparticipativa, resultando na formulação de oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Esses objetivos delinearão um caminho para melhorar o cenário internacional até 2015, concentrando-se na erradicação da pobreza e na promoção da igualdade de gênero, buscando alcançar um mundo mais justo e pacífico (United Cities and Local Governments, 2019).

Em 2015, com base nas resoluções da Cúpula do Milênio, foi estabelecida a Agenda 2030, que ampliou as metas para um total de 169, abordando aspectos sociais, econômicos e ambientais. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da nova agenda complementam o trabalho dos ODM e abordam novos desafios, fornecendo diretrizes para um crescimento sustentável nos próximos 20 anos (Fraga e Alves, 2021). A Imagem 1 abaixo representa os 8 ODM e os 17 ODS que guiam os Estados para o patamar de sustentabilidade.

Imagem 1 — Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2022)

Especificamente, os ODS nº 10 e nº 11, focados no desenvolvimento urbano e em cidades sustentáveis, abordam questões como acesso à terra urbana, moradia, saneamento, infraestrutura urbana, transporte, serviços públicos, trabalho e lazer (Bazzoli e Silva, 2021:24). O ODS 10 visa elevar o crescimento da renda dos 40% mais pobres acima da média nacional, enquanto o ODS 11 busca tornar as cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis (IPEA, 2019).

Com o ODS 10, é almejado “alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional” (IPEA, 2019).

Quadro 1 — Metas Gerais do ODS 10

10.1 Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional.
10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.
10.3 Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.

10.4 Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade.
10.5 Melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações.
10.6 Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas.
10.7 Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas.
10.a Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, em conformidade com os acordos da OMC.
10.b Incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países menos desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais.
10.c Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar os corredores de remessas com custos superiores a 5%.

Fonte: IPEA (2019)

O ODS 11, por sua vez, compromete-se em “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” (IPEA, 2019)¹.

Quadro 2 — Metas Gerais do ODS 11

11.1 Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas.
11.2 Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.
11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.
11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.
11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em

¹ As metas gerais das Nações Unidas estão catalogadas no site oficial do IPEA (2019), disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods11.html>. Acesso em: 15 de dezembro de 2022.

situação de vulnerabilidade.
11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.
11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.
11.a Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, peri-urbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento.
11.b Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis.
11.c Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais.

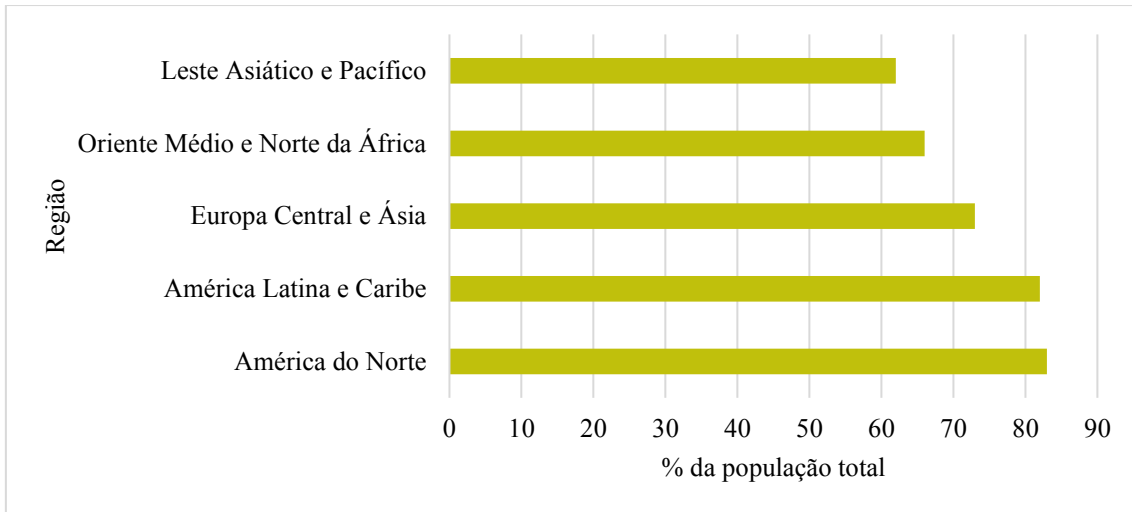
Fonte: IPEA (2019)

Desde os ODM, as agendas globais começaram a ser alinhadas em prol da resolução de desafios altamente inter-relacionados que atingem os mais diversos territórios do planeta (*United Cities and Local Governments*, 2019). Os ODS 10 e 11, em específico, direcionam esforços para a adoção de mecanismos que fomentem a efetivação da cidadania urbana de forma universal (IPEA, 2019). Em caso de êxito, a urbanização sustentável facilitará, inclusive, a implementação de outros objetivos de desenvolvimento (Fraga e Alves, 2021).

3. PROBLEMATIZAÇÃO

Em 2022 a ALC contava com cerca de 82% da sua população nas áreas urbanas. Segundo dados do *World Bank* (2024), a população urbana (em % da população total) em outras regiões do mundo é: 83% na América do Norte, 73% na Europa Central e Ásia, 66% no Oriente Médio e Norte da África e 62% no Leste Asiático e Pacífico, o que faz da América Latina e Caribe a segunda região mais urbanizada do mundo. O gráfico abaixo ilustra esses dados.

Gráfico 1 – População urbana nas regiões do mundo (2022)



Fonte: *WorldBank* (2024)

Como discutido previamente, centros urbanos atraem investimentos, reduzem custos e geram empregos, promovendo criatividade, padrões de vida melhores, inovação e progresso econômico. Assim, a migração urbana impulsiona cidades sustentáveis, essenciais para esferas ambientais, econômicas e sociopolíticas eficazes, levando líderes a defender cidades inclusivas e integradas. Boa governança e Estado de Direito atraem investimentos e promovem sustentabilidade urbana, com democracias potencialmente melhorando políticas públicas para cidades modernas e sustentáveis.

No entanto, a realidade da urbanização latino caribenha demonstra que apesar da geração de riqueza, cerca de dois terços da população urbana vivem na pobreza (Bonet, 2011). A forma como a urbanização foi configurada na região gerou barreiras invisíveis (Castells-Quintana, 2017). O crescimento de favelas e as restrições no mercado de trabalho limitam as oportunidades e agravam a segregação (*UN Habitat*, 2010). Muitas nações da região são marcadas por deficiências na infraestrutura urbana, além de preocupações com violência e desemprego. Segundo a CEPAL (2018), em 2017, a região registrou 22,8 milhões de desempregados, sendo mulheres, indígenas e afrodescendentes os grupos mais afetados. A taxa de desemprego oscilou entre 2010 e 2022, mas, a partir de 2015 apresenta um aumento gradual que atinge a máxima de 10,3% em 2020.

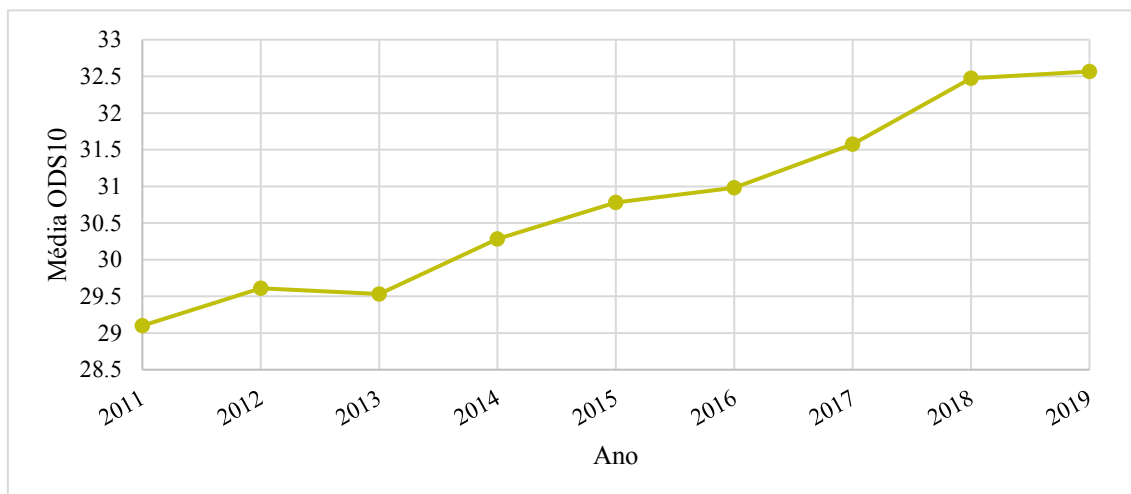
Já nas avaliações de governança, é percebida uma queda nos índices que registram os resultados do desempenho governamental na região. Como resultado, em vez de combater as desigualdades, as cidades se tornam apenas mais uma concentração de pessoas em situações vulneráveis (*UN Habitat*, 2014).

Outros aspectos que acentuam o subdesenvolvimento e retardam a prosperidade econômica das áreas urbanas na ALC são a industrialização tardia e o comércio de matérias-primas – representando 60% das exportações nacionais – somados à tendência à desvalorização, aos termos de intercâmbio e à ameaça de substituição (Prebisch, 1962; Barros, 2015). Além disso, o subdesenvolvimento é marcado pela variação do PIB per capita regional, que revela um padrão instável, passando de um máximo de US\$ 10.539,4 em 2014 para US\$ 7.393,2 em 2020.

Assim, considerando os processos de urbanização latino-caribenhos e a ideia de que as cidades sustentáveis são catalisadoras do equilíbrio entre dinâmicas sociais, políticas, econômicas e ambientais (UN Habitat, 2010; Revi e Rosenzweig, 2013), a ALC é uma fonte ímpar para análises que relacionam as dinâmicas socioeconômicas e políticas com o desenvolvimento sustentável (UN Habitat, 2010). Isso porque, os desequilíbrios ambientais, econômicos e sociais nas cidades dificultam o desenvolvimento sustentável, de modo que é crucial entender o funcionamento real das cidades para superar esses desafios (Bonet, 2011).

As notas finais no ODS 10 para a região da ALC, no entanto, salientam a problemática da desigualdade na região. Apesar do aumento gradual ao longo dos anos (ver Gráfico 2), os países atingiram resultados de, no máximo, 32,5 pontos (2019) em uma rank que varia de 0 a 100.

Gráfico 2 — Variação da média do ODS 10 nos países da América Latina e Caribe

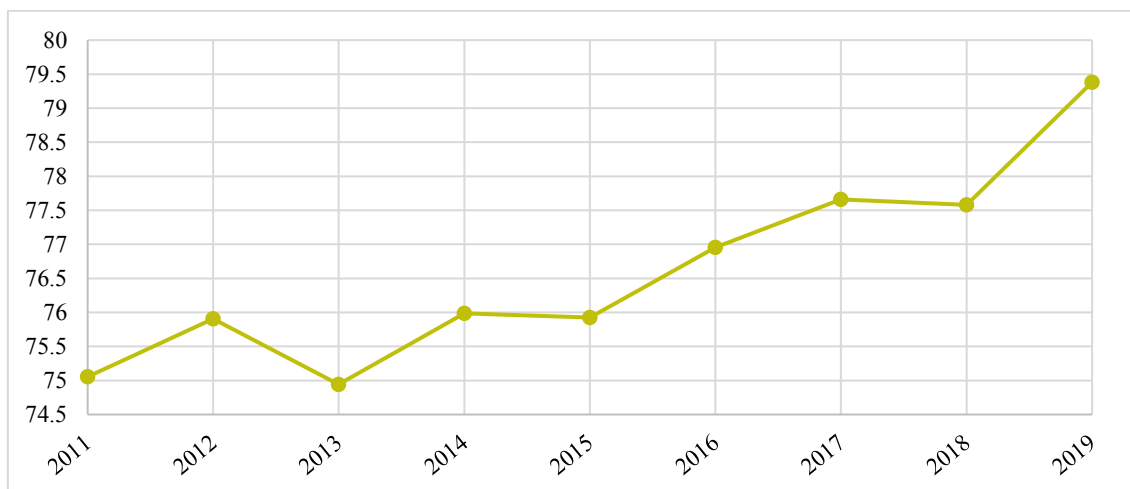


Fonte: elaboração própria com base nos dados do *Sustainable Development Report*

Nos indicadores urbanos do ODS 11, os dados ressaltam o aumento lento, mas progressivo, do desempenho da região (ver Gráfico 3). Apesar da oscilação entre os anos

de 2011 e 2015, a média regional se manteve em torno dos 75 pontos (em uma escala de 0 a 100) e alcançou, em 2019, a máxima de 79,38 pontos.

Gráfico 3 — Variação da média do ODS 11 nos países da América Latina e Caribe



Fonte: elaboração própria com base nos dados do *Sustainable Development Report*

Portanto, a análise do desenvolvimento sustentável na região da América Latina e Caribe se revela crucial não apenas para compreender os desafios específicos enfrentados, mas também para identificar oportunidades para um crescimento equitativo e ambientalmente consciente que possa promover uma transformação positiva em direção a um futuro mais sustentável.

4. OBJETIVOS E HIPÓTESES

Para responder à pergunta de pesquisa “tal”, foram formulados os seguintes objetivos e hipóteses:

4.1. Objetivos

Diante da discussão apresentada o objetivo principal desse artigo é analisar a relação dos arranjos socioeconômicos e políticos com os ODS 10 e 11 dos países da América Latina e Caribe. Para isso, os seguintes objetivos específicos foram desenhados:

- a) Examinar a variação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 10 e 11, entre 2011 e 2019, nos países da América Latina e Caribe.
- b) Estimar a variação de arranjos socioeconômicos e políticos, entre 2011 e 2019, nos países da América Latina e Caribe.
- c) Descrever, a partir dos fatores contextuais, como se dá a associação entre indicadores socioeconômicos e políticos e sustentabilidade no Brasil e no Chile.

4.2. Hipóteses

A hipótese principal em análise é que o melhor desempenho em variáveis socioeconômicas e políticas está associado a maiores valores do ODS 10 e 11. Com base na discussão apresentada, as hipóteses secundárias detalham as relações esperadas entre os indicadores socioeconômicos e políticos e as notas dos países latino-caribenhos nos ODS 10 e 11.

O quadro abaixo resume as hipóteses secundárias testadas que contribuem para a consolidação da análise da hipótese principal. A coluna *Direção do efeito sobre os ODS 10 e 11* indica qual a relação esperada entre cada variável independente e as dependentes. Onde tem o símbolo (+), lê-se que: um aumento na VI levará a um aumento nas VDs; já o símbolo (-) indica que um aumento na VI levará a uma redução no índice das VDs.

Quadro 3 – hipóteses secundárias

	Variável Independente	Direção do efeito sobre os ODS 10 e 11
H1	Índice de democracia	+
H2	Estado de Direito	+
H3	Qualidade Regulamentar	+
H4	Eficácia do Governo	+
H5	Controle da Corrupção	+
H6	PIB per capita	+
H7	Indústria	+
H8	Agricultura	-
H9	Importação	-
H10	Exportação	+
H11	Formação de Capital Bruto	+
H12	Desemprego	-

Fonte: elaboração própria

A título de exemplo, na linha H1 se lê que: maiores índices de democracia levam a melhores desempenhos nos ODS 10 e 11. Na linha H8, por outro lado, a leitura feita é de que maiores níveis de agricultura levam a piores desempenhos nos ODS 10 e 11.

5. METODOLOGIA

Aqui a sustentabilidade é analisada através dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de nº 10, “Redução das Desigualdades”, e de nº 11, “Cidades e Comunidades Sustentáveis” parâmetros urbano-sociais que refletem o desenvolvimento de modelos de urbanização sustentáveis. Em termos substantivos, a comparação entre essas métricas nos casos latino-caribenhos proporciona o entendimento da influência de características nacionais sobre indicadores de desenvolvimento sustentável.

Esse artigo se propõe a testar a hipótese de melhores desempenhos socioeconômico e político está associado a maiores índices do ODS 10 e 11 na América

Latina e Caribe. Para cada objetivo, a ONU considera parâmetros específicos que reflitam as metas. Dessa maneira, o ODS 10 é formado por dois indicadores de desigualdade e o ODS 11 é baseado em outros quatro indicadores (Sachs et al., 2022).

Quadro 4 — Elementos dos ODS 10 e 11

ODS	Indicadores
Nº 10	Índice de Gini ² e <i>Palma Ratio</i> ³ .
Nº 11	Proporção da população urbana que vive em favelas, concentração média anual de material particulado de menos de 2,5 microns de diâmetro (PM2,5), acesso à fonte de água melhorada/canalizada e satisfação com o transporte público.

Fonte: *Sustainable Development Report (2022)*

Quanto as variáveis independentes, são testados os efeitos de 12 fatores sobre os ODS 10 e 11 e mais 5 variáveis de controle. Para fins didáticos, essas variáveis foram classificadas em três categorias, fortemente interrelacionadas: política, economia e sociedade, conforme o quadro abaixo.

Quadro 5 — Configuração das variáveis explicativas

Categoria	Variável	Tipo
Política	Índice de democracia	Independente
	Estado de Direito	Independente
	Qualidade Regulamentar	Independente
	Eficácia do Governo	Independente
	Controle da Corrupção	Independente
	Experiência Democrática	Controle
	<i>Accountability</i>	Controle
Econômica	PIB per capita	Independente
	Indústria	Independente
	Agricultura	Independente
	Importação	Independente
	Exportação	Independente
	Formação de Capital Bruto	Independente
	Desemprego	Independente
Social	População Urbana	Controle
	Participação da Sociedade Civil	Controle
	Índice de Progresso Social	Controle

Fonte: elaboração própria

² O Índice de Gini é um “instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo e aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um” (IPEA, 2019).

³ O *Palma Ratio* mede a proporção dos 10% mais ricos da parte da população na renda nacional dividida pela parte dos 40% mais pobres (IPEA, 2019).

Essas variáveis foram coletadas do *World Bank (2022)*, *Worldwide Governance Indicators dataset (2022)*, *V-DEM* e do *World in Data*. Suas definições seguem no quadro abaixo:

Quadro 6 — Variáveis Independentes

Variável	Descrição	Fonte
Desemprego	% da força de trabalho total que está sem emprego, mas disponível para trabalhar e à procura de emprego. Mensuração da Organização Internacional do Trabalho.	<i>World Bank</i>
PIB per capita	Produto interno bruto pela população em dólar corrente.	
Indústria	Valor agregado em % do PIB em mineração, fabricação (também indicada como subgrupo separado), construção, eletricidade, água e gás.	
Agricultura	Valor agregado em % do PIB em silvicultura, caça e pesca, bem como plantações de grãos e pecuária.	
Importação de bens e serviços	Valor em % do PIB de todos os bens e outros serviços de mercado recebidos do restante do mundo.	
Exportação de bens e serviços	Valor em % do PIB de todos os bens e outros serviços de mercado prestados ao restante do mundo.	
Formação de Capital Bruto	Despesas em % do PIB relacionadas a acréscimos aos ativos fixos ⁴ da economia, além de mudanças líquidas no nível de inventários ⁵ .	
<i>Accountability</i>	Capta a percepção do quanto os cidadãos de um país podem participar na escolha do seu governo, assim como a liberdade de expressão, de associação e uma mídia livre. A estimativa fornece a pontuação do país no indicador agregado, em unidades de uma distribuição normal padrão, variando aproximadamente de -2.5 a 2.5.	
População Urbana	Se refere às pessoas que vivem em áreas urbanas. É calculada por meio de estimativas populacionais do Banco Mundial e índices urbanos dos Prospectos de Urbanização Mundial das Nações Unidas.	<i>Worldwide Governance Indicators (WGI) dataset</i>
Estado de Direito	Percepção da medida em que (1) os agentes têm confiança e cumprem as regras da sociedade, (2) a qualidade da execução de contratos, direitos de propriedade, polícia e tribunais, bem como a probabilidade de crime e violência. Essa estimativa de governança varia de aproximadamente -2,5 (fraco desempenho) a 2,5 (forte desempenho).	
Qualidade Regulamentar	Percepção da capacidade do governo para formular e implementar políticas e regulamentos sólidos que permitam e promovam o desenvolvimento do setor privado. Essa estimativa de governança varia de aproximadamente -2,5 (fraco desempenho) a 2,5 (forte desempenho).	
Eficácia do Governo	Percepções sobre (1) a qualidade dos serviços públicos, (2) a qualidade da função pública e o grau da sua independência de pressões políticas,	

⁴ Os ativos fixos incluem “melhorias na terra (cercas, valas, drenos, etc.); instalações, maquinaria e compras de equipamentos; e construção de rodovias, ferrovias, etc., incluindo escolas, escritórios, hospitais, residências particulares e edifícios comerciais e industriais” (*World Bank, 2022*).

⁵ Inventários são “estoques de bens mantidos pelas empresas para atender a flutuações temporárias ou imprevistas na produção ou vendas e o “trabalho em andamento”” (*World Bank, 2022*).

	(3) a qualidade da formulação e implementação de políticas, e (4) a credibilidade do compromisso do governo com tais políticas. Essa estimativa de governança varia de aproximadamente -2,5 (fraco desempenho) a 2,5 (forte desempenho).	
Controle da Corrupção	Percepção da medida em que o poder público é exercido para proveito privado, incluindo tanto formas mesquinhas como grandiosas de corrupção, bem como a "captura" do Estado por elites e interesses privados. Essa estimativa de governança varia de aproximadamente -2,5 (fraco desempenho) a 2,5 (forte desempenho).	
Índice de Democracia	Mensura o índice de democracia eleitoral, ou seja, em que medida os governantes são responsivos perante os cidadãos. Isso ocorre por meio da competição eleitoral, com eleições livres de fraudes, que afetam a composição do executivo, e com liberdade de expressão e mídia independente entre os períodos eleitorais. Varia de 0 (baixo) a 1 (alto).	<i>Varieties of Democracy (V-Dem)</i>
Participação da Sociedade Civil	A sociedade civil está entre o espaço privado e o estado, onde cidadãos se organizam em grupos (como ONGs, sindicatos e movimentos sociais) para perseguir interesses comuns. O índice mede o vigor dessa sociedade, destacando sua autonomia em relação ao estado e o engajamento ativo dos cidadãos em metas políticas e cívicas. Varia numa escala de 0 (sem participação) a 1 (alta participação).	
Experiência Democrática	Contagem de anos que o país conta com um regime democrático. Com base na classificação e estimativas de Boix et al. (2013), democracias são sistemas políticos nos quais líderes políticos são eleitos com amplos direitos de voto em eleições livres e justas.	<i>Our World in Data</i>
Índice de Progresso Social	Enfatiza indicadores que vão além de investimentos e renda ao abranger três dimensões principais: (1) Necessidades Humanas Básicas, (2) Fundamentos para o Bem-Estar e (3) Oportunidades. Com um acompanhamento anual, o IPS evidencia a performance do país tanto nas categorias específicas dos componentes quanto no panorama geral das dimensões. Dispostos em pontuações contínuas de 0 a 100, os valores considerados são aqueles referentes à nota final de cada objetivo e do IPS, constituída a partir da média aritmética dos seus indicadores. Dessa forma, quanto mais perto de 100, mais sustentável é considerado o país.	<i>Social Progress Index dataset</i>

Fonte: elaboração própria

Os testes se deram a partir de um recorte time-series-cross-section (TSCS), através dos quais são avaliados 21 países ao longo de 2011 a 2019⁶. É utilizada uma análise de regressão com dados em painel⁷, o que favorece estudos que envolvem unidades espaciais repetidas em intervalos regulares de tempo. Suas vantagens incluem: facilitar a detecção de causalidade, mensurar a variação individual, reduzir erros de medição, aumentar o tamanho da amostra e controlar problemas de variáveis omitidas (Mesquita et al., 2021:445).

⁶ A seleção deste lapso temporal se justifica pela disponibilidade de informação e a eclosão da pandemia do Covid-19 em 2020 — que gerou baixas socioeconômicas e novo foco governamental (CEPAL, 2021).

⁷ Pelos testes F test for individual effects, Lagrange Multiplier Test - (Breusch-Pagan), Lagrange Multiplier Test - two-ways effects (Breusch-Pagan) e Hausman Test, concluiu-se que o melhor modelo a ser utilizado é a regressão de efeitos fixos ajustado para two-ways. Esse modelo é usado para analisar dados longitudinais de diferentes unidades ao longo do tempo. Ele incorpora efeitos fixos tanto para as unidades de observação quanto para os períodos, permitindo entender como as variáveis explicativas afetam a variável dependente, considerando tanto diferenças entre unidades quanto mudanças temporais, enquanto controla variáveis omitidas constantes ao longo do tempo.

Complementarmente, outra forma de análise empregada para compreender as relações dos fatores com as VDs foi pelo seu agrupamento através da análise de componentes principais (ACP). A ACP é uma técnica estatística utilizada para reduzir a dimensionalidade de conjuntos de dados multivariados. Assim é possível identificar padrões e estruturas subjacentes, simplificando a interpretação dos dados. Esta técnica permite representar os dados em um espaço de dimensão menor, mantendo o máximo de informação possível. Nesse processo, foi testado o autovalor de 17 dimensões e concluído que apenas 4 delas são suficientes para explicar o padrão de variação das variáveis (o ponto de corte padrão adotado é o *eigenvalue* (autovalor) > 1). Juntas, essas quatro dimensões são responsáveis por aproximadamente 80% da variação dos casos.

Tabela 1 – Dimensões para estabelecimento dos componentes principais

Dimensão	Autovalor	% variância	% cumulativo de variância
1	7.24169815	42.5982244	42.59822
2	2.73923981	16.1131754	58.71140
3	1.95239622	11.4846836	70.19608
4	1.56916123	9.2303602	79.42644

Fonte: elaboração própria

Por fim, para uma análise mais aprofundada dos achados estatísticos, dois países são destacados: Chile e Brasil. O Chile é escolhido por sua classificação destacada em desenvolvimento sustentável na região, enquanto o Brasil é selecionado devido às suas dificuldades na implementação de políticas eficientes (Lizarralde, 2014). A abordagem combina uma perspectiva quantitativa large-N com uma investigação qualitativa small-N, proporcionando inferências mais robustas sobre o fenômeno em questão (Lieberman, 2005).

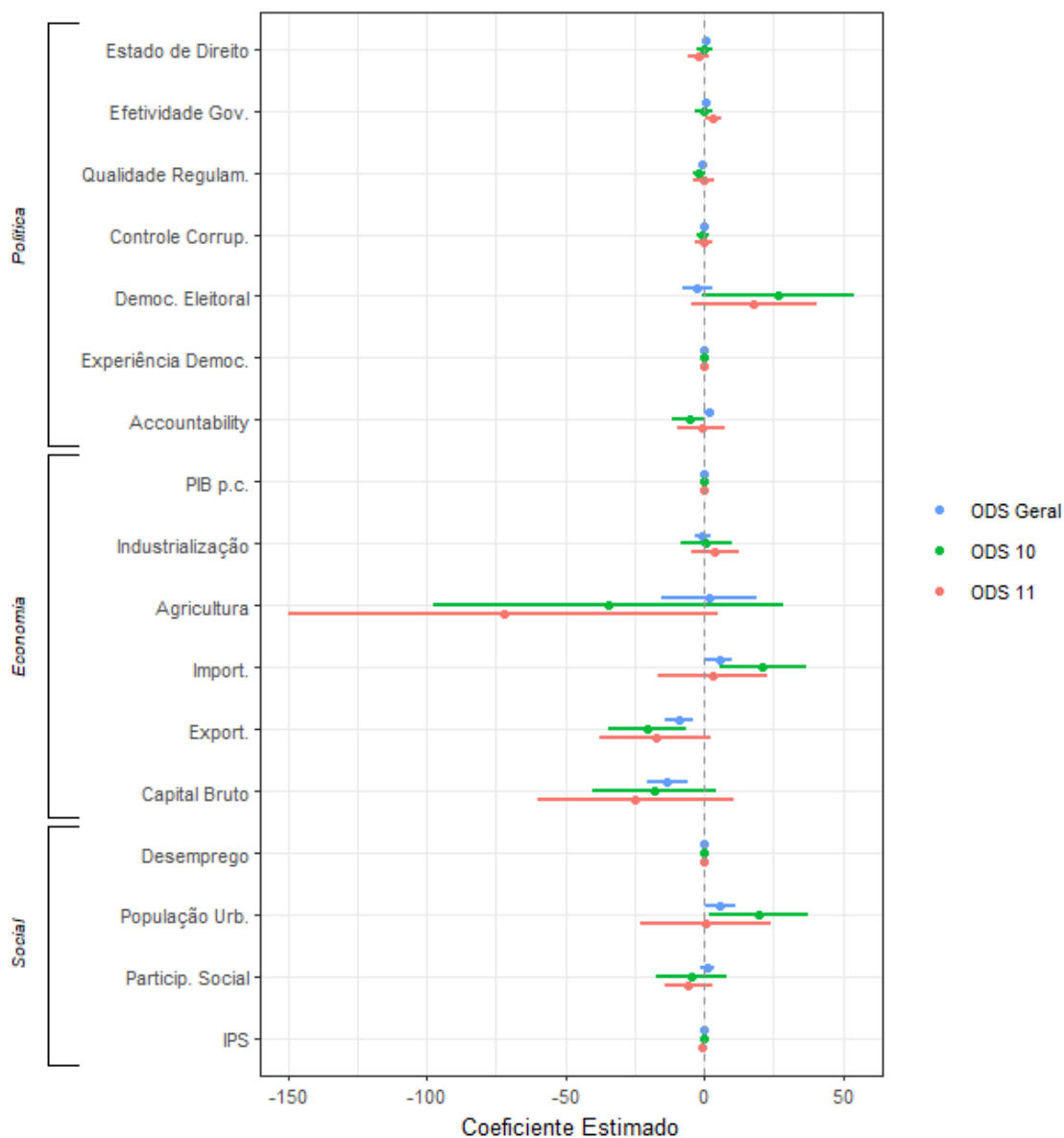
A descrição empírica de dois países permite a exploração das nuances específicas de cada Estado. Com uma amostra menor, o nível de abstração é reduzido, evitando o alongamento conceitual e facilitando a criação de teorias (Landman e Carvalho, 2000). Isso fortalece a inferência causal sobre arranjos socioeconômicos e políticos em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 10 e 11.

6. RESULTADOS

Nessa seção são destacados os resultados dos modelos de regressão com dados em painel para o ODS 10 e o ODS 11. Bem como os resultados para os índices constituídos através da análise dos componentes principais.

No primeiro gráfico abaixo, podemos concluir que, no que diz respeito aos efeitos sobre os ODS, diferentes conjuntos de variáveis exercem influência significativa.

Gráfico 4 – Regressões com dados em painel para os ODS 10, 11 e Geral



Fonte: elaboração própria

A leitura do gráfico deve levar em conta o posicionamento das linhas horizontais – azul, verde e vermelha – em relação à linha pontilhada vertical, que marca o valor 0 no eixo X. Ao cruzar a linha pontilhada, a variável é considerada não significativa naquele modelo. Por exemplo, na variável *capital bruto* as linhas vermelha e verde, referente ao ODS 10 e 11, cruzam o 0 do eixo X, mas isso não ocorre com a linha azul, do ODS Geral. Isso significa dizer que, o capital bruto não exerceu impacto sobre os ODS 10 e 11, porém

para o ODS Geral seus efeitos são significativos e negativos, ou seja, um aumento nessa variável leva a uma redução no índice do ODS Geral.

No contexto político, o ODS 10 conta com um efeito significativo, mas muito pequeno da *experiência democrática* ($\beta = 0.2$ e p-valor = 0.0006)⁸. Outras variáveis políticas não são determinantes para esse modelo. No ODS 11, apenas *efetividade de governo* tem algum nível de significância, mas seu efeito é ainda pequeno para o modelo ($\beta = 3.2$ e p-valor = 0.02). No ODS Geral, o efeito significativo recai na variável *accountability* ($\beta = 1.5$ e p-valor = 0.03), só que mais uma vez com efeitos pequenos.

No âmbito econômico, as variáveis de *importação* e *exportação* aparecem não apenas como significativas para explicar o ODS 10, mas também com efeitos grandes sobre ela ($\beta = 21$ e -20 , respectivamente e p-valores < 0.01). Interessante notar que a exportação tem um coeficiente negativo sobre nesse modelo, ou seja, o aumento da exportação reduz o índice do ODS 10. Essas duas variáveis, somadas a do *capital bruto* também são relevantes para o modelo do ODS Geral (importação $\beta = 5.5$ e p-valor = 0.02; exportação $\beta = -8.9$ e p-valor = 0.0006; capital bruto $\beta = -13.3$ e p-valor = 0.0003). Da mesma forma, a exportação – mas também o capital bruto – impactam negativamente o índice do ODS. Por outro lado, nenhuma variável do contexto econômico se revela significativa para o ODS 11.

Já em relação ao terceiro bloco de variáveis, as sociais, tem-se que para o ODS 10 apenas a *população urbana* é significativa para explicar o modelo ($\beta = 19.6$ e p-valor = 0.03). O mesmo caso ocorre para o ODS Geral ($\beta = 5.9$ e p-valor = 0.03). Para o ODS 11, nenhuma variável do conjunto social se mostrou relevante no modelo.

6.1. Formulando índices

Da análise anterior, se percebe que sozinhas, poucas das variáveis de fato são significativas para explicar as variações dos ODS 10, 11 e Geral. No entanto, como já discutido, não se pode ignorar o papel das dinâmicas políticas e socioeconômicas nas análises do desenvolvimento sustentável. Além disso, a escolha das três categorias referidas anteriormente (política, economia e sociedade) foi pautada em parâmetros subjetivos com fins didáticos. Desse modo, optamos por testar, de forma objetiva, como as variáveis independentes se interligam estatisticamente e quais seus efeitos sobre as VDs.

⁸ As tabelas com os dados referentes aos coeficientes, erro padrão e p-valor dos modelos estão disponíveis no Anexo A

Após a análise dos componentes principais, quatro dimensões foram estabelecidas: (G1) Desenvolvimento Sustentável e Governança, (G2) Governança Democrática e Participação Cidadã, (G3) Comércio Internacional e Economia, (G4) Desenvolvimento Econômico e Transformação Urbana. A tabela abaixo indica os parâmetros e distribuição das variáveis em cada uma das dimensões.

Tabela 2 – Cargas da análise fatorial

Variável	Ordem	G1	G2	G3	G4	h2	u2	com
ef_gov	2	0.91	0.1	0.11	0.05	0.95	0.05	1.1
cont_corrup	4	0.89	0.01	-0.04	-0.35	0.9	0.10	1.3
agric	8	-0.8	0.16	-0.04	-0.27	0.74	0.25	1.3
est_dir	1	0.76	0.04	0.22	-0.2	0.87	0.13	1.3
IPS	13	0.76	-0.08	0.25	0.2	0.86	0.14	1.4
particip_soc	16	-0.15	0	0.92	-0.05	0.74	0.25	1.1
dem_eleit	14	0.15	-0.09	0.87	0.09	0.92	0.07	1.1
account	17	0.27	0.08	0.81	-0.08	1	-0.002	1.3
anos_dem	15	0.18	-0.09	0.56	-0.11	0.47	0.53	1.3
quali_reg	3	0.38	0.21	0.55	0.09	0.72	0.27	2.2
import	9	-0.16	0.92	0	-0.16	0.89	0.11	1.1
export	10	0.18	0.92	-0.07	0.12	0.89	0.10	1.1
cap_bruto	11	-0.15	0.57	0.27	0.36	0.53	0.47	2.3
pop_urb	12	-0.04	-0.43	0.2	0.19	0.23	0.76	1.9
indust	7	-0.34	0	-0.02	0.64	0.56	0.44	1.5
desemp	5	-0.2	-0.23	0.42	-0.52	0.47	0.52	2.7
pib	6	0.07	-0.32	-0.22	0.44	0.34	0.65	2.4

Fonte: elaboração própria

As colunas de G1 a G4 indicam as cargas fatoriais de cada uma das variáveis dentro de cada um dos respectivos grupos. As cargas fatoriais são os coeficientes que representam a correlação entre cada variável observada e o fator latente. Elas indicam o grau em que cada variável observada está associada a cada fator. Cargas fatoriais mais altas (próximas a 1 ou -1) indicam uma forte associação entre a variável observada e o fator latente. Cargas próximas de zero indicam pouca ou nenhuma associação.

A coluna h2 apresenta as comunalidades, ou seja, a proporção da variância de cada variável observada que é explicada pelos fatores extraídos. Um valor de comunalidade próximo de 1 indica que a maior parte da sua variância é explicada pelos fatores latentes, enquanto um valor próximo de 0 indica que a variável tem muita variância única ou erro. Em u2 são calculadas as unicidades, ou seja, a variância específica de cada variável que não é explicada pelos fatores. Um valor de unicidade próximo de 1 indica que a maior parte da sua variância não é explicada pelos fatores latentes, sugerindo que a variável

contém muita variância única ou erro. Valores baixos de unicidade indicam que os fatores explicam bem a variância.

Finalmente, a última coluna, com, apresenta a complexidade que reflete a distribuição das cargas fatoriais de uma variável entre diferentes fatores. Uma complexidade próxima de 1 indica que a variável está fortemente associada a um único fator, enquanto uma complexidade maior indica que a variância da variável é distribuída entre vários fatores. Variáveis com alta complexidade são mais difíceis de interpretar porque estão associadas a múltiplos fatores.

Em resumo, os dados da tabela sugerem a seguinte distribuição das variáveis:

G1: "Desenvolvimento Sustentável e Governança"

- Efetividade de governo
- Estado de direito
- Controle da corrupção
- Índice de progresso social
- Agricultura

G2: "Governança Democrática e Participação Cidadã"

- Democracia eleitoral
- Participação social
- Accountability
- Qualidade regulamentar
- Anos de democracia
- População urbana

G3: "Comércio Internacional e Economia"

- Importação
- Exportação
- Capital bruto

G4: "Desenvolvimento Econômico e Transformação Urbana"

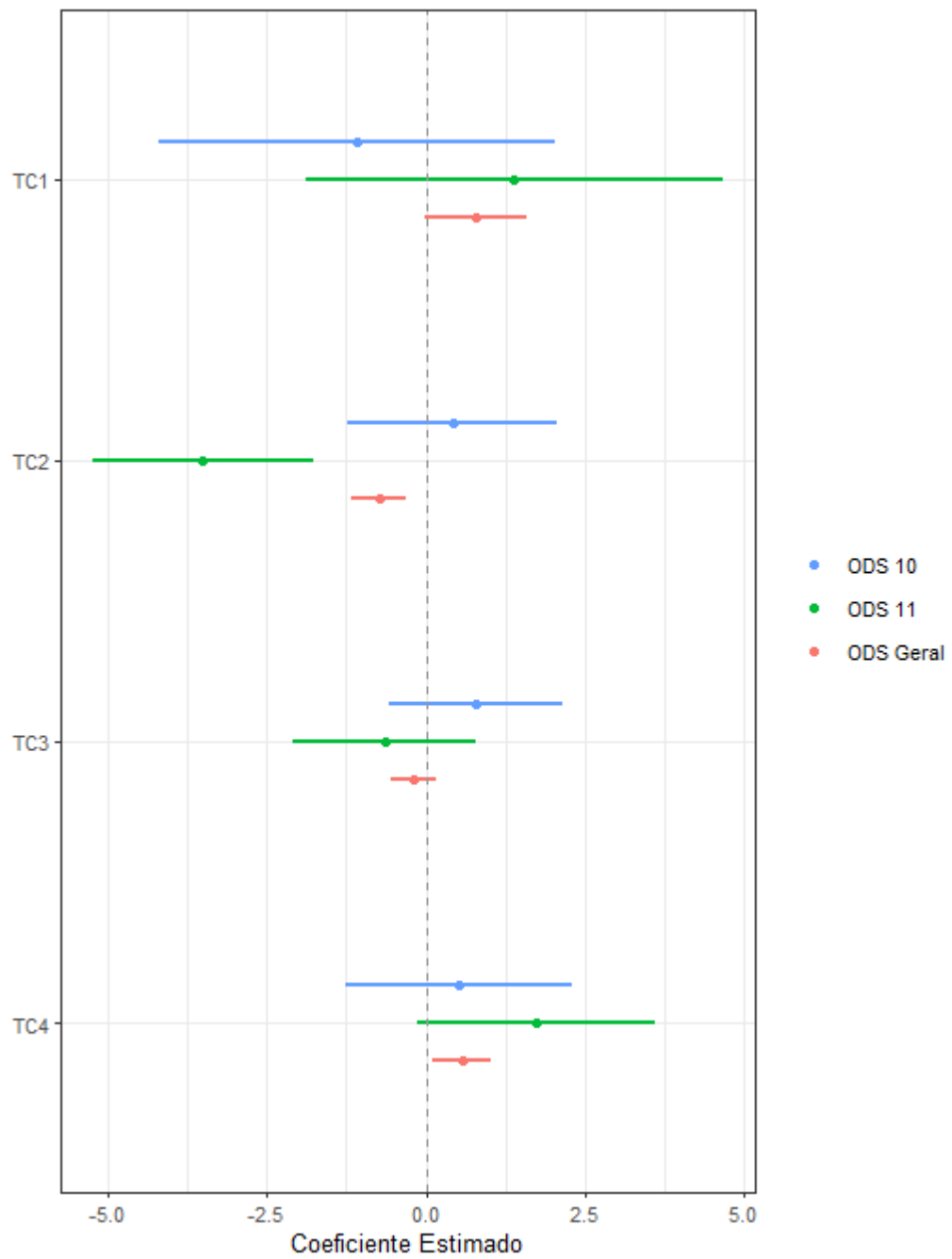
- Industrialização
- Urbanização
- Desemprego
- PIB per capita

Sendo que *população urbana* é o indicador que conta com menor índice de explicação sobre sua variância ($h^2 = 0,23$, $u^2 = 0,76$), ao contrário de *accountability* que tem sua variação totalmente explicada pelos fatores latentes ($h^2 = 1$, $u^2 = 0,002$). Além

disso, *desemprego* é o fator com maior nível de complexidade (com = 2,7), sugerindo que mais de uma dimensão pode explicar sua variação.

Uma vez definidas as dimensões e suas respectivas constituições, o gráfico abaixo demonstra o efeito de cada uma das categorias sobre os ODS 10, ODS 11 e o ODS Geral, segundo a regressão com dados em painel e efeitos fixos *two-ways*.

Gráfico 5 – Regressões com dados em painel para os ODS 10, 11 e Geral



Fonte: elaboração própria

O gráfico revela que apenas os grupos 2 e 4 apresentam efeitos significativos para ao menos uma das ODS analisadas. No G2 (Governança Democrática e Participação Cidadã), tem-se uma relação negativa do índice para o ODS Geral e para o ODS 11, ou seja, um aumento de uma unidade na variável G2, leva a uma redução nos dois ODS citados (β para ODS geral = -0.73 e para o ODS11 = -3.5). Já o G4 (Desenvolvimento Econômico e Transformação Urbana) teve uma relação significativa e positiva apenas com o ODS Geral ($\beta = 0.56$).

Em conjunto, os dados revelam que, embora as variáveis políticas, econômicas e sociais desempenhem papéis na consecução dos ODS, seus impactos variam significativamente entre os diferentes Objetivos. As influências da experiência democrática e da *accountability*, mesmo que modestas, destacam a necessidade de mecanismos de governança eficazes além das meras estruturas democráticas. Já os efeitos mistos das variáveis econômicas sobre a desigualdade e o ODS geral destacam as complexidades do crescimento econômico e suas consequências distributivas. Esses aspectos são reforçados na análise das dimensões, em que o destaque é dado às questões de governança e desenvolvimento econômico.

Por fim, fatores sociais, como a urbanização, são críticos para a redução da desigualdade, mas não para a sustentabilidade urbana, sugerindo políticas direcionadas para diferentes ODS.

6.2. Os casos do Chile e do Brasil

Entre os países da América Latina e Caribe, a República do Chile é uma das nações mais urbanizadas (Murillo, 2015). Com uma população total de 19.603.733 habitantes, 17.234.034 vivem em áreas urbanas (World Bank, 2022). Três quartos da população estão concentrados na região central, o que exige maior atenção governamental e esforços para atender o grande contingente de cidadãos na densa rede urbana do país (Murillo, 2015).

Durante o processo de modernização, as políticas chilenas se concentraram principalmente em obras públicas de infraestrutura e na remoção de assentamentos irregulares. Entre 1941 e 1958, por exemplo, um projeto habitacional proporcionou a construção e distribuição de 5 mil novas habitações anualmente em todo o país. Esses programas foram geralmente realizados pelo poder público em parceria com setores privados, que foram responsáveis tanto pelo financiamento quanto pela implementação (Rubin, 2013).

A preocupação urbana é refletida nos resultados do ODS chileno que se destaca de 2011-2019 como o país latino-caribenho com a maior pontuação. Seu desempenho nos ODS 10 e 11, durante esse período para variou positivamente, aumentando de 23,9 para 26,2 no ODS 10 e de 80,9 para 86,7 no ODS 11. Ou seja, o país apresenta uma tendência de crescimento moderado com mudanças significativas sendo implementadas (Sachs et al., 2022).

Desse modo, a questão que se desdobra é: será que os indicadores socioeconômicos e políticos chilenos justificam essa alta nos ODS 10 e 11? Como visto anteriormente, as variáveis com maiores impactos sobre os resultados dos ODS foram *experiência democrática*, *efetividade de governo* e *accountability* – no campo político –, *importação*, *exportação* e *capital bruto*, na seara econômica, e *população urbana* no bloco social. Além disso, a análise de dimensões, destaca a governança democrática e participação cidadã como fator mais relevante para a compreensão do ODS 11 e do ODS geral. A tabela abaixo destaca o índice de variação dos fatores socioeconômicos e políticos do Chile entre 2011 e 2019.

Tabela 3 — Desempenho das variáveis socioeconômicas e políticas do Chile (2011-2019)

Variável	Valor em 2011	Valor em 2019	Média (2011-2019)	Δ%
Experiência democrática	22 anos	30 anos	-	8 anos
Efetividade do Governo	1,16	0,89	1	-23,28%
Accountability	1,07	0,98	1,04	-0,09
Importação de bens e serviços	34,79%	29,69%	31,12%	-14,66%
Exportação de bens e serviços	37,69%	27,83%	30,94%	-26,16%
Formação de Capital Bruto	26,65%	25,05%	25,48%	-6%
População urbana	14.963.678	16.686.776	15.706.188	1.723.098
G2 - Governança democrática e participação cidadã	0,81	0,27	0,47	-0,5

Fonte: elaboração própria.

O que se percebe é que apesar das altas notas em índices de sustentabilidade, o Chile, ao longo de 2011 – 2019, é marcado por oscilações significativas e, principalmente negativas, no desempenho de variáveis socioeconômicas e políticas. Os únicos aumentos ocorreram no tamanho da população urbana e nos anos de democracia.

No que tange à República Federativa do Brasil, a população total conta com 215.313.498 pessoas, sendo que 188.517.733 desses habitantes vivem em áreas urbanas (*World Bank*, 2022). Desde a mudança migratória para as cidades no início do século XX, o país foi marcado por um processo de urbanização muito acelerado, mais do que aquele vivenciado pelos países desenvolvidos (Brito, 2012; Matos, 2012). Até 1960, porém, o

nível federal “não possuía uma política urbana nacional, apenas políticas específicas para determinadas áreas” (Rubin, 2013:130-131).

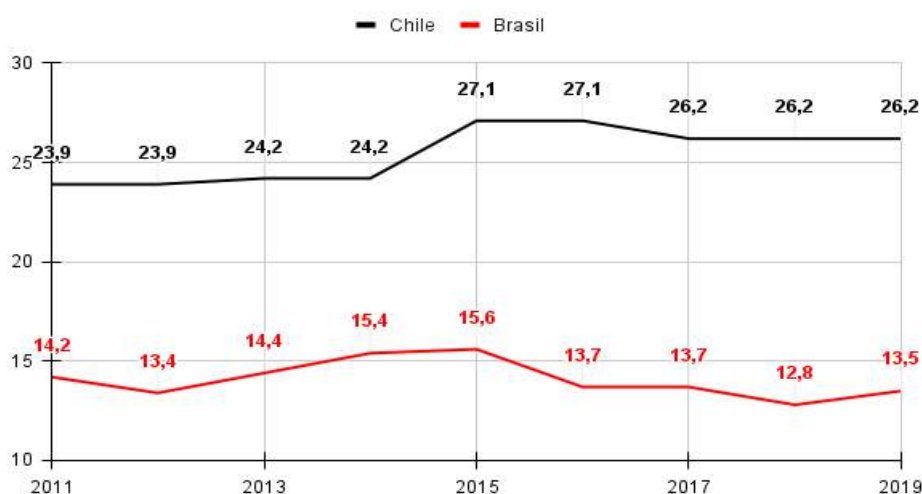
Apesar da expansão das atividades industriais, o cenário urbano brasileiro perpetua as desigualdades sociais e as periferias formadas reproduzem uma forte segregação socioespacial. A forma como a migração para as cidades se configurou termina, então, por demandar a intervenção estatal nesses locais (Brito, 2012; Nuijten, 2013; Formicki, 2019). Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo, identificam Brasília, a capital brasileira, como a região mais segregada do mundo (Rodrigues, 2022).

A Constituição Federal brasileira de 1988 é a primeira a reconhecer oficialmente as políticas de planejamento e coordenação das cidades no país. Em 2001, com a criação do Estatuto das Cidades e o estabelecimento do Ministério das Cidades em 2003, o Brasil passa por um rearranjo institucional e investimentos nos setores excluídos se tornam proeminentes nas políticas urbanas nacionais (Rubin, 2013).

As questões de justiça social, todavia, não são garantidas normativamente e o Estado negligencia medidas de suporte habitacional (Csaba e Schiffer, 2004). Ao mesmo tempo, vale salientar a existência de assentamentos inadequados com déficit na rede de serviços públicos para os cidadãos (Rubin, 2013). Em oposição à classificação de destaque do Chile, as notas finais brasileiras estão em declínio desde o ano de 2011.

Em relação à implementação das ODS, o Brasil apresenta um alcance de metas abaixo do Chile. No ODS 10, as notas finais do Brasil diminuíram em 4,93% ao longo de 2011 a 2019 (de 14,2 para 13,5 pontos).

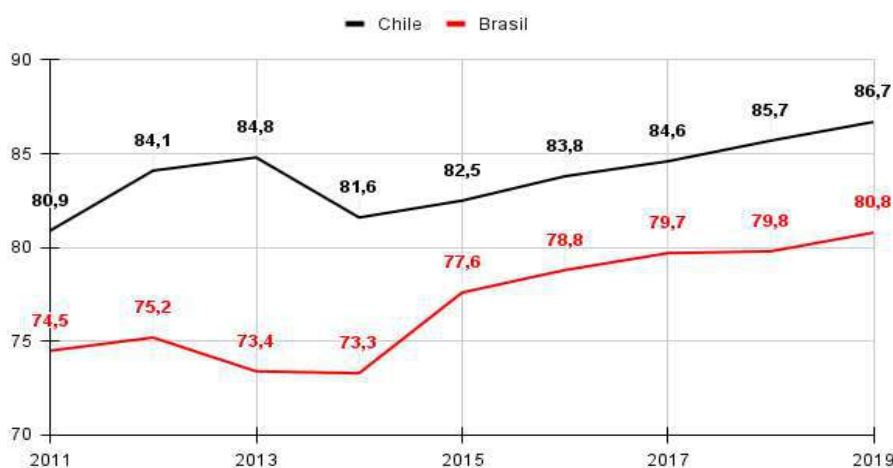
Gráfico 6 — Variação do ODS 10 do Chile e do Brasil (2011-2019)



Fonte: elaboração própria

No ODS 11, em contrapartida, as pontuações brasileiras aumentaram em 8,46% (de 74,5 para 80,8 pontos). De forma geral, o país continua com desafios significativos e uma tendência decrescente de melhoria urbana (Sachs et al., 2022).

Gráfico 7 — Variação do ODS 11 do Chile e do Brasil (2011-2019)



Fonte: elaboração própria

Quanto aos arranjos socioeconômicos e políticos brasileiros, a tabela 4 ressalta suas variações ao longo dos nove anos (2011-2019).

Tabela 4 — Desempenho das variáveis socioeconômicas e políticas do Brasil (2011-2019)

Variável	Valor em 2011	Valor em 2019	Média (2011-2019)	$\Delta\%$
Experiência democrática	27 anos	35 anos	-	8 anos
Efetividade do Governo	-0,16	-0,21	-0,23	-31,24%
Accountability	0,51	0,30	0,44	-0,21
Importação de bens e serviços	12,35%	14,77%	13,36%	19,60%
Exportação de bens e serviços	11,58%	14,12%	12,54%	21,93%
Formação de Capital Bruto	21,83%	15,52%	18,12%	-29%
População urbana	167.726.203	183.878.366	175.903.573	16.152.163
G2 - Governança democrática e participação cidadã	-1,61	-2,42	-2,04	-0,81

Fonte: elaboração própria.

O caso brasileiro também conta com variações importantes nos fatores de destaque das regressões. Porém, diferente do Chile, há um aumento nas taxas de importação e exportação, além da experiência democrática e do tamanho da população urbana. Ainda assim, esses aumentos não foram suficientes para equiparar o país aos índices chilenos.

Esses casos ilustram a complexidade da sustentabilidade, que não depende apenas de variáveis econômicas e políticas isoladas, mas de um conjunto mais amplo de fatores, incluindo governança, políticas ambientais, infraestrutura e qualidade de vida urbana. As oscilações negativas no Chile indicam que, apesar de boas práticas em certas áreas, há vulnerabilidades que precisam ser abordadas para manter e melhorar os índices de sustentabilidade. Tanto o Chile quanto o Brasil precisam de políticas abrangentes que abordem questões estruturais e sistêmicas, promovendo um avanço sustentável que vá além do crescimento econômico e da urbanização, e que trate das vulnerabilidades socioeconômicas e políticas subjacentes.

Esses dados sugerem que pode haver características não mensuradas dos países que estão impactando a aplicação dos ODS 10 e 11. Considerando o impacto específico de cada país sobre a variável dependente, ajustando para as variáveis socioeconômicas e políticas incluídas no modelo, tem-se que o efeito fixo do Brasil para o ODS 10 é de -367 e para o ODS 11 de 111,5. Já no Chile os valores são -302 no ODS 10 e 127,4 no ODS 11. Esses valores são os interceptos específicos para cada país após controlar pelas 17 variáveis socioeconômicas e políticas do modelo. Isso significa, por exemplo, que se todas as variáveis fossem iguais a zero, a pontuação do Brasil no ODS 11 seria 111,5, após ajustar pelos efeitos fixos.

Esses efeitos refletem a variação não explicada pelas 17 variáveis socioeconômicas. Eles capturam características específicas de cada país que podem influenciar os ODS, como políticas urbanas, governança, infraestruturas locais, etc., que não estão explicitamente incluídas no modelo. No caso dos efeitos mais altos do Chile, é corroborada a premissa de que o país tem um desempenho relativamente melhor do que o Brasil, quando outras variáveis são controladas.

7. CONCLUSÃO

Com o intuito de explorar a temática da sustentabilidade urbana na América Latina e Caribe, este artigo investiga qual a relação dos arranjos socioeconômicos e políticos com a sustentabilidade, promovendo uma análise dos ODS 10, “Redução das Desigualdades”, e 11, “Cidades e Comunidades Sustentáveis”.

A hipótese principal testada é que o melhor desempenho em variáveis socioeconômicas e políticas está associado a maiores valores do ODS 10 e 11. Para isso, 17 indicadores foram selecionados com base na literatura (Índice de democracia, Estado de Direito, Qualidade Regulamentar, Eficácia do Governo, Controle da Corrupção, PIB

per capita, Indústria, Agricultura, Importação, Exportação, Formação de Capital Bruto e Desemprego) e testados através de um modelo de regressão com dados em painel para 21 países da América Latina e Caribe entre 2011 e 2019.

Além de testar os efeitos individuais de cada indicador, também é realizada uma análise fatorial. Nessa análise, as variáveis são agrupadas em dimensões comuns com base em seu padrão de variabilidade, permitindo a identificação de padrões e estruturas subjacentes, o que tende a simplificar a interpretação dos dados. Dessa análise, são extraídas quatro dimensões: (1) desenvolvimento sustentável e governança, (2) governança democrática e participação cidadã, (3) comércio internacional e economia e (4) desenvolvimento econômico e transformação urbana.

O passo final da análise contou com uma análise descritiva dos dados para dois países: Chile e Brasil. O primeiro foi escolhido por sua destacada classificação em desenvolvimento sustentável na região, enquanto o segundo foi selecionado devido às suas dificuldades na implementação de políticas eficientes. Esse olhar mais específico fortalece a inferência sobre arranjos socioeconômicos e políticos em relação aos ODS 10 e 11.

Os resultados revelam padrões interessantes: em primeiro lugar, as variáveis que apresentam efeitos sobre o ODS 10 (experiência democrática, importação, exportação e população urbana), não contam com significância no ODS 11 (que é afetado apenas pela efetividade de governo). Por outro lado, em segundo lugar, tem-se que nenhuma das dimensões são determinantes para explicar ODS 10, mas a governança democrática e participação cidadã afeta o ODS 11.

Esses achados sugerem que a criação de cidades e comunidades sustentáveis é fortemente relacionada à qualidade das ações governamentais, enquanto a redução das desigualdades sugere um foco maior em aspectos econômicos e demográficos. Isso evidencia a necessidade de abordagens personalizadas e específicas para atingir cada objetivo de desenvolvimento sustentável.

Além disso, um terceiro aspecto é que os países contam com particularidades que podem impactar os ODS, como políticas urbanas e infraestruturas locais, por exemplo, que não foram diretamente contemplados no modelo. Ao observar esses efeitos não mensurados, é evidenciado que o Chile conta com impactos mais significativos, confirmando a premissa de que o país tem um desempenho superior ao Brasil nos ODS.

Para pesquisas futuras, é crucial testar outras variáveis socioeconômicas e políticas além das já analisadas para compreender plenamente os Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável 10 e 11. A inclusão de uma gama mais ampla de variáveis permite uma visão mais abrangente e aprofundada dos fatores que impactam a redução das desigualdades (ODS 10) e o desenvolvimento de cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11). Por exemplo, ao considerar variáveis relacionadas à educação, saúde, desigualdades de renda, políticas públicas e participação cidadã, pode-se obter insights valiosos sobre como promover a inclusão social, econômica e política, bem como a efetividade do governo na implementação de políticas sustentáveis. Dessa forma, a análise de um conjunto diversificado de variáveis enriquece a compreensão das complexas interações e dinâmicas envolvidas na busca pelos ODS 10 e 11, proporcionando uma base sólida para a formulação de estratégias e políticas eficazes e abrangentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, M. Desafios da logística na América Latina. *Revista Tecnológica*, São Paulo, Ano XX, n. 231, p. 62-66, fev. 2015.
- BAZZOLI, J. A., & SILVA, Érica N. da. (2021). Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS-11) e o Direito à Cidade. Desafios. *Revista Interdisciplinar Da Universidade Federal Do Tocantins*, 8 (Especial), 23-29.
- BENMERGUI, Leandro Daniel. *Housing development: Housing policy, slums, and squatter settlements in Rio de Janeiro, Brazil and Buenos Aires, Argentina, 1948-1973*. University of Maryland, College Park, 2012.
- BONET, Jaime et al. Urban Sustainability in Latin America and the Caribbean. *Inter-american Development Bank (IDB)*, 2011
- BRITO, Fausto Alves de et al. A dinâmica do processo de urbanização no Brasil, 1940-2010. *Cedeplar*, Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.
- BRUNDTLAND, Gro. Entrevista com Gro Brundtland. Amélia Gonçalves. O Globo.com, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/razaosocial/posts/2007/10/23/entrevista-com-gro-brundtland-ela-criou-expressao-sustentabilidade-78082.asp>. Acesso em 03 de fev. 2022.
- CASTELLS-QUINTANA, David. A região mais urbanizada do mundo em desenvolvimento. *Latinoamerica* 21, 2017. Disponível em: <https://latinoamerica21.com/br/a-america-latina-e-a-regiao-mais-urbanizada-do-mundo-em-desenvolvimento/>. Acesso em: 11 ago. 2022.
- CEPAL. Pandemia provoca aumento nos níveis de pobreza sem precedentes nas últimas décadas e tem um forte impacto na desigualdade e no emprego. 2021. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/pandemia-provoca-aumento-niveis-pobreza-sem-precedentes-ultimas-decadas-tem-forte>. Acesso em: 27 mar. 2023.
- CEPAL. Segundo informe anual sobre el progreso y los desafíos regionales de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible en América Latina y el Caribe. 2018.
- CHISHOLM, Jennifer Ashley. ‘Não são tijolos; são histórias’: The Favela Housing Rights Movement of Rio de Janeiro. 2019. *Tese (Doutorado em Filosofia)*. University of Cambridge. 2019.
- CSABA, Deak e SCHIFFER, Sueli Ramos. O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: *Editora da Universidade de São Paulo*, 2004. p. 11 a 143.
- DECICINO, Ronaldo. Desenvolvimento sustentável - Como surgiu esse conceito? 2022. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/desenvolvimento-sustentavel-2-como-surgiu-esse-conceito.htm>. Acesso em: 31 jan. 2023.
- FORMICKI, Guilherme Rocha. Upgrading Favelas: Funding Schemes and Their Effects on Economic Opportunities, Infrastructure Provision, and Safety. *Tese de Doutorado*. Columbia University, 2019.
- FRAGA, Antonio Armando Cordeiro; ALVES, José Luiz. Conjuntura dos indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em relação ao ODS 11-Cidades e

- Comunidades Sustentáveis. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 12, p. 114371-114383, 2021.
- GOLUBCHIKOV, Oleg; BADYINA, Anna. Sustainable housing for sustainable cities: a policy framework for developing countries. Nairobi, Kenya: *UN-HABITAT*, 2012.
- HABITAT, U. N. Issue papers and policy units of the Habitat III conference. *UN Habitat*, Nairobi, 2015.
- HOORNWEG, Daniel (Ed.). Cities and climate change: responding to an urgent agenda. *World Bank Publications*, 2011.
- IPEA. 2019. ODS 10 Redução das Desigualdades. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods10.html>. Acesso em: 11 ago. 2022.
- IPEA. 2019. ODS 10 Redução das Desigualdades. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods10.html>. Acesso em: 11 ago. 2022.
- IPEA. 2019. ODS 11 Cidades e Comunidades Sustentáveis. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods10.html>. Acesso em: 11 ago. 2022.
- IPEA. 2019. ODS 11 Cidades e Comunidades Sustentáveis. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods10.html>. Acesso em: 11 ago. 2022.
- JOKURA, Tiago. O que é sustentabilidade? 2022. Disponível em: <https://netzero.projetodraft.com/o-que-e-sustentabilidade/#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas,satisfazerem%20as%20suas%20pr%C3%B3prias%20necessidades.%E2%80%9D>. Acesso em: 13 fev. 2023.
- KLOPP, Jacqueline M.; PETRETTA, Danielle L. The urban sustainable development goal: Indicators, complexity and the politics of measuring cities. *Cities*, v. 63, p. 92-97, 2017.
- LANDMAN, Todd; CARVALHO, Edzia. Issues and Methods in Comparative Politics: An Introduction, *Routledge*, 2000.
- LASA 2023 PROGRAM. América Latina y el Caribe: Pensar, Representar y luchar por los derechos. Vancouver, Canadá, 2023.
- LEFEBVRE, Henri. Le droit à la ville. *L'Homme et la société*, v. 6, n. 1, p. 29-35, 1967.
- LIEBERMAN, Evan S. Nested analysis as a mixed-method strategy for comparative research. *American political science review*, v. 99, n. 3, p. 435-452, 2005.
- LIZARRALDE, Gonzalo. The invisible houses: Rethinking and designing low-cost housing in developing countries. *Routledge*, 2014.
- MATOS, Ralfo. Migração e urbanização no Brasil. *Revista Geografias*, p. 7-23, 2012.
- MESQUITA, Rafael; FERNANDES, Antônio Alves Tôres; FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto. Uma introdução à regressão com dados de painel. *Revista Política Hoje*, v. 30, n. 1, p. 434-507, 2021.

MURILLO, Fernando. Migration and urbanization paths: Reshaping the human geography of Latin America and the Caribbean. Background paper for the *World Migration Report*, 2015.

NORRIS, Pippa. Making democratic governance work: How regimes shape prosperity, welfare, and peace. *Cambridge University Press*, 2012.

NUIJTEN, Monique. The perversity of the ‘Citizenship Game’: Slum-upgrading in the urban periphery of Recife, Brazil. *Critique of Anthropology*, v. 33, n. 1, p. 8-25, 2013.

PREBISCH, Raul. The economic development of Latin America and its principal problems. *Economic Bulletin for Latin America*, 1962.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. A evolução dos ODM aos ODS. 2022. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil>. Acesso em: 11 ago. 2022.

RODRIGUES, Thais. Uma Brasília segregada: a história da população negra na capital do país. 2022. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/uma-brasilia-segregada-a-historia-da-populacao-negra-na-capital-do-pais,b94d032177459541e698175b88e8a1dfmeqcjhx.html>. Acesso em: 27 mar. 2023.

RUBIN, Graziela. O Problema Habitacional na América Latina: Exemplos do Brasil e Chile. *Geo uerj*, v. 1, n. 24, p. 125-144, 2013.

SACHS, Jeffrey et al. From Crisis to Sustainable Development: the SDGs as Roadmap to 2030 and Beyond. Sustainable Development Report 2022. Cambridge: *Cambridge University Press*, 2022.

SÁNCHEZ, Luis et al. A economia da mudança climática na América Latina e no Caribe: uma visão gráfica, 2019.

SATTERTHWAITE, David; MITLIN, Diana. A future that low-income urban dwellers want, and can help secure. *International Institute for Environment and Development.*, 2013.

SATTERTHWAITE, David et al. Building resilience to climate change in informal settlements. *One Earth*, v. 2, n. 2, p. 143-156, 2020.

SOCIAL PROGRESS INDEX DATASET. (2021). Download and donate. Disponível em: <https://www.socialprogress.org/download>. Acesso em: 03 de novembro de 2022.

SUSTAINABLE DEVELOPMENT REPORT. (2022). Database. Disponível em: <https://dashboards.sdgindex.org/downloads>. Acesso em: 03 de novembro de 2022.

THE SOCIAL PROGRESS IMPERATIVE. (2018). Social Progress Imperative: Index Action Impact. Disponível em: <https://www.socialprogress.org/?code=CHL>. Acesso em: 03 ago. 2022.

TORRESI, Susana I.; PARDINI, Vera L.; FERREIRA, Vitor F. O que é sustentabilidade?. *Química nova*, v. 33, p. 1-1, 2010.

UN HABITAT. State of the world’s cities 2010/2011—cities for all: bridging the urban divide. UN Habitat, Nairobi, 2010.

UN HABITAT. State of Latin American and Caribbean Cities: Towards a new urban transition. Nairobi: UN Habitat, 2012.

UN HABITAT. The evolution of national urban policies: a global overview. UN Habitat, 2014.

UNITED CITIES AND LOCAL GOVERNMENTS. The Localization of the Global Agendas. How local action is transforming territories and communities, 2019.

UN SUSTAINABLE DEVELOPMENT SOLUTIONS NETWORK. Getting started with the sustainable development goals. 2015.

WORLD BANK. (2022). Databank. Disponível em: <https://data.worldbank.org>. Acesso em: 08 nov. 2022.

WORLD BANK GROUP. Investing in urban resilience: Protecting and promoting development in a changing world. World Bank, 2016.

WORLD WIDE FUND FOR NATURE. **Da teoria à prática.** 2023. Disponível em: https://www.wwf.org.br/participe/porque_participar/sustentabilidade/#:~:text=%C3%89%20o%20desenvolvimento%20que%20n%C3%A3o,econ%C3%B4mico%20e%20a%20conserva%C3%A7%C3%A3o%20ambiental. Acesso em: 27 fev. 2023.

WORLDWIDE GOVERNANCE INDICATORS. 2022. Home. Disponível em: <https://info.worldbank.org/governance/wgi/>. Acesso em: 09 nov. 2022